

FUTEBOL FEMININO, MEMÓRIA E ATIVISMO LOCAL: RE(DES)TERRITORIALIZANDO COBERTURAS MIDIÁTICAS DE ESPORTE EM CACHOEIRA/BA COMO FORMA DE (RE)EXISTÊNCIA

WOMEN'S FOOTBALL, MEMORY AND LOCAL ACTIVISM: REARTICULATING MEDIA COVERAGE OF SPORT IN CACHOEIRA/BA AS A FORM OF RESISTANCE

Fellipe Moreira ¹
Itania Gomes ²

Resumo

O artigo busca refletir sobre a desarticulação de coberturas hegemônicas, masculinas e centrais de futebol em Cachoeira/BA – considerando sua temática e também as condições sobre quem (e como) produz e conduz. Busca ressignificar a ideia de esporte e jornalismo esportivo na cidade com base na transmissão de torneios que não são considerados relevantes historicamente, como os femininos e de zonas rurais. A mídia é considerada como um vetor de contribuição com o ativismo para desconstrução do previamente dado – em um movimento entendido por Haesbaert (2021) como desterritorialização. Essa luta aparece como força de registro para (re)construção de memória documentada do esporte feminino na cidade agindo, em alguma escala, como potência de transformação.

Palavras-chave

mídia; território; futebol feminino; ativismo; desterritorialização.

Abstract

The article discusses how it is possible to dismantle hegemonic, masculine and central coverage of football in Cachoeira/BA – as a theme and also as who (and how) produces and conducts it. As well as giving new meaning to the idea of sport and sports journalism in the city by broadcasting tournaments that are not considered historically relevant, such as women's tournaments and tournaments in rural areas. Perceiving the media as a vector of contribution to activism to deconstruct what was previously given - in a movement understood by Haesbaert (2021) of deterritorialization, this struggle appears as a force of record for (re)construction of documented memory of women's sport in the city acting, on some scale as a power of transformation.

Keywords

media; territory; women's football; activism; deterritorialize.

1 Mestrando em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), moreirafelli-pern@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-6812-7030>, <https://lattes.cnpq.br/0637658035031933>.

2 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), itania@ufba.br, <https://orcid.org/0000-0001-8876-7318>, <http://lattes.cnpq.br/1249313747086140>.

Introdução

É rotineiro, nos estudos sobre futebol, abordagens sobre aspectos que envolvem regras e situações técnicas pontuais sobre a modalidade. Quando relacionados à comunicação, geralmente a mídia aparece sendo analisada, também de forma técnica coberturas, falas, jargões, estilos, números, profissionais, condutas, audiências, performances, etc. O corriqueiro, o dado, o comum, o confortável, o hegemônico. Sem conflitos, sem tensão. O que engaja a realização deste artigo é o movimento contrário, de instabilizar o que está articulado nas relações de poder, num processo metodológico associado à contextualização radical, segundo Lawrence Grossberg (2010). Não desassociar os preconceitos e as hostilidades que envolvem o futebol e suas violências em várias escalas. Não o ato esportivo, mas a cultura criada e reproduzida em volta dele; e que a mídia, historicamente, reproduziu e reproduz de alguns modos.

No Brasil, mulheres passaram quatro décadas sem poderem jogar futebol por causa do decreto de Getúlio Vargas, em abril de 1941, que dizia não ser da natureza delas esse tipo de atividade. O que é violento por si só em muitas camadas, mas, não era o único problema. E por mais que existam pessoas que não pratiquem, não significa que os problemas não existem, apesar das exceções.

A garantia da lei, do estado, do governo, dos decretos, significa mesmo uma garantia? Para além da teoria, do papel, do carimbo da política pública assinada pelo Poder Executivo. O mínimo da obtenção de algo que deveria ser um direito natural anula todas as outras camadas de preconceitos, deslegitimações e problemas enfrentados? Em relação a quem torce, a quem cobre jornalisticamente, a quem realiza o trabalho de arbitragem, a quem joga, a quem trabalha. Isso perpassa a falta de oportunidade de trabalho, assédios em inúmeras escalas, deslegitimações, insultos, abordagens desrespeitosas, desmotivação, traumas, pressão estética, condições psicológicas e afins. Que vem de todo lado.

A desigualdade de gênero é latente no esporte, mas aparece em diversas outras áreas da sociedade. Essa invisibilização causada pela falta de equidade tem sido abordada cada vez mais nas pesquisas de diversos campos do saber, sobretudo de comunicação e mídias. O Coletivo Marta é um exemplo de grupo que se debruça sobre estudos comunicacionais e de culturas esportivas. Uma das pesquisas culminou num observatório de desigualdade de gênero no esporte. Apesar dos avanços nos últimos anos com promoção de algumas políticas de realização de campeonatos e transmissões, é notório que o problema é estrutural e se desenvolve em muitas camadas.

O levantamento desse observatório gerou alguns dados que demonstram algumas escalas de desigualdades a partir de algumas situações no mundo esportivo. Foi identificado que, apenas em 2020, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) veio a distribuir o pagamento igualitário de diárias e premiações entre homens e mulheres da seleção de futebol. Somente em 2019, Pia Sundhage foi a segunda mulher a treinar a seleção. A pesquisa constatou, também, após um levantamento de 2021 da Gênero e Número, que apenas 2,7% dos gestores de clubes de futebol no Brasil são mulheres.

Apenas 5 dos 25 principais clubes do país têm mulheres em cargos de gestão. De 255 gestores, apenas 7 são mulheres. A própria CBF, criada em 1979, nunca teve uma mulher à frente da entidade e não tinha até 2020 um departamento exclusivo para o desenvolvimento do futebol feminino. Suas 24 diretorias sempre foram ocupadas por homens (Oliveira; Pereira, 2021, p. 4).

O observatório ainda pontua que essas questões vão bem mais além do que o futebol profissional. Perpassam por todas as modalidades, sobretudo pelos acessos, desde à época da escola, passando pela adolescência e vida adulta. Assim como os outros meios que envolvem a própria prática em si, como as transmissões, historicamente ocupadas por homens, apesar de uma breve e recente inserção feminina nos microfones – mas raramente com o poder da caneta.

Assim como a própria mídia, canais de televisão, jornais impressos, sites de notícia, rádio e afins, que noticiam os acontecimentos relacionados ao esporte feminino. Em muitos casos, de forma sexualizada. Geralmente assinada, produzida e publicada por homens. Ou com uma participação massiva masculina opinando e respondendo questões sobre o futebol feminino. Sem contar as outras violências explícitas que ocorrem e são potencializadas nos campos, estádios e outras praças esportivas – mas não só lá.

Esse Relatório corrobora que os casos de assédio e misoginia não são fatos isolados no mundo do esporte profissional [...] Constatamos que muitas das ocorrências são reflexos de uma sociedade que ainda se encontra estruturada nos modelos patriarcais e machistas, onde homens fizeram declarações, comentários e/ou “brincadeiras” que não tinham a “intenção” de ferir, mas que são falas misóginas e que perpetuam os estereótipos negativos relacionados às mulheres. (Oliveira; Pereira, 2021, p. 82).

O observatório de desigualdades conseguiu identificar canais alternativos como uma potência de transformação, a exemplo do *Dibradoras*, produzidos e assinados por mulheres. Outro exemplo é o grupo As damas do esporte. A partir desse gancho, ainda pensando em pesquisas do Coletivo Marta, desta feita, para o editorial online da categoria “Mulher e Esporte”³, tem uma discussão que perpassa a necessidade de reinvenção do jornalismo esportivo escrita por Paola Laredo (2020). O que dialoga fortemente com a proposta da discussão que feita neste artigo, com um recorte mais local de uma cidade do interior da Bahia.

É levantada a ideia de que o jornalismo praticado considerado “hegemônico” possui um sistema de comportamentos extremamente técnicos e táticos. Sem considerar as questões envolvendo o futebol – não como contexto de regras – mas todo entorno, pensando na mídia, em quem joga, em quem assiste e em toda massa que se afeiçoa pelo esporte de diversas maneiras.

3 Disponível em: <https://revistamarta.com/2020/06/20/editorial-1/>.

Quando nos deparamos com racismo, sexismo, violência, corrupção ou qualquer outro tema mais amplo, podemos notar claramente a dificuldade que o jornalismo esportivo encontra ao tentar lidar com esses assuntos. Falta uma discussão crítica e social de um cenário mais amplo que envolve o esporte em relação à sociedade e ao ambiente em que ele está inserido. Afinal de contas, o esporte não é uma bolha isolada de tudo – por mais que muitas vezes seja, sim, tratado dessa maneira. Falta também ouvir fontes diferentes das que tradicionalmente são ouvidas, que acrescentem diferentes perspectivas e pontos de vista ao debate (Laredo, 2020).

Pensar contexto, neste caso, é olhá-lo como relações interpessoais na ótica das relacionalidades. Grossberg (2010, p. 30) entende como “conjuntos e trajetórias de relações pessoais que estabelecem sua exterioridade a si mesmo”. O corpo feminino, historicamente, não está relacionado com a ocupação de alguns espaços ditos como masculinos. Mariana Cardoso Pena (2022) alavanca o debate sobre a experiência feminina nos espaços tidos como “consagrados” para homens:

Atrelados ao biológico naturalizado, corpos femininos foram marcados, aprisionados pelo sexo e pela sexualidade, e excluídos de atividades consideradas masculinas. Isso acarretou uma desigualdade que impede que meninas concretizem certas experiências e explorem todo o seu potencial (Pena, 2022, p. 61).

Refletir sobre esse potencial também está anexado com a ideia da ocupação dos mais diversos âmbitos da área: tanto de ser jogadora, ou possivelmente uma repórter, uma escritora e coisas afins. Mariana Cardoso Pena (2022) classifica a trajetória das mulheres no esporte como “repleta de histórias de proibições e empecilhos” (p. 61). Porque, junto à uma concepção oriunda de uma construção extremamente misógina e sexista, o “potencial” visto nas mulheres na relação com o esporte é de: a beleza para satisfazer. Entendida como “adereço”, por Pena.

Nessa conjuntura, a mulher foi (e continua sendo) tratada como um “adereço” no universo do futebol brasileiro: para embelezar o espaço, acompanhar ou para satisfazer os olhares dos homens frequentadores. E, os mecanismos midiáticos reforçam, sob leis de reprodução sexistas, esse cenário de violência simbólica contra o gênero. É como se, a elas pudesse caber apenas a estranheza, à exceção de um corpo fora do lugar em um ambiente exclusivamente masculino (Pena, 2021, p. 73).

Pensando contexto a partir do território geográfico em que este artigo se debruça, em Cachoeira, Bahia, o futebol feminino em sua prática e cobertura jornalística não foge dessa estrutura. Com uma análise de conjuntura, apontada por Grossberg (2010, p. 40) como uma “escolha política baseada na luta política e possibilidades que são melhor abordadas em um determinado nível de análise”, nota-se, primeiramente, que apenas em 13 de março de 2021 veio a ser criado um time de futebol feminino com o nome

de Cachoeira: CFC (Cachoeira Futebol Clube). Talvez, com fins de politicagem, visto o abandono do time pelo Poder Executivo que forneceu o uniforme e nada mais. O time (sobre)vive de rifas e contribuições de populares. Mas, ainda assim, apenas em 2021.

Se já ocorrem obstáculos pré-definidos (machismo, misoginia e outras violências de gênero, raça e sexualidade) só pela existência do time, sem o trabalho de emissão através de um meio aos receptores, no caso, a população cachoeirana, fica ainda mais difícil ter visibilidade. Os jogos do time citado, por exemplo, aconteciam aos domingos às 8h da manhã. A divulgação se limitava à “boca a boca” nas esquinas e ruas da cidade, à família e a postagens em algumas redes sociais.

Em relação à mídia local, por se tratar de uma cidade no interior com pouco mais de 30 mil habitantes, existem especificidades que se debruçam bastante com as vivências comunitárias. No futebol, duas emissoras sediadas na cidade fazem o trabalho de cobertura: A Rádio e TV *Web Olha a Pititinga* e a Rádio *A Voz do Cucuí*⁴. Ambas sempre voltaram seus trabalhos de transmissão dos jogos de futebol – e dos debates nos programas esportivos – para a seleção masculina da cidade e também para o torneio local que acontece anualmente no estádio municipal.

Entretanto, a partir de 2018, houve um engajamento do *Olha a Pititinga* para transmitir torneios de times de zona rural, torneios de bairro e campeonatos femininos. Torneios e modalidades estas que, no histórico da cidade, dificilmente eram pautados e colocados em foco. O que, conseqüentemente, teria o potencial de gerar ainda mais identificação no sentido comunitário.

Diferentemente de rádios comerciais, essas emissoras oferecem seu espaço para exposição de dilemas da comunidade, com o enfoque no dia a dia da população da sede, zona rural e distritos de Cachoeira. Oportunizando, ainda, que jovens pudessem ter experiência na comunicação, como no projeto “Comunicadores Mirins”, que oferece espaço de aprendizado e atuação, também na área esportiva de onde saíram, por exemplo, Jéssica Soares e Naiane Santos, mulheres cachoeiranas que já atuaram em transmissões esportivas – e são novamente citadas um pouco mais à frente.

São locutores de Cachoeira, transmitindo eventos da cidade, com personagens locais para pessoas das localidades. E se isso é expandido, para bairros, zonas rurais, homens, mulheres e não apenas algo central como a seleção do município, o vínculo só é fortalecido. No caso dos torneios femininos, abre-se uma reflexão maior quando se observa as disputas de poder, violências históricas, falta de equidade e outras questões desiguais que podem começar a ser desarticuladas com mais força com a presença da mídia, sobretudo local, em memórias, discursos e narrativas.

O Documentário⁵ *Da Quadra ao estádio: o futebol feminino cachoeirano resiste*, da jornalista Júlia Maciel, denuncia que, nem sequer no arquivo público municipal existia algum tipo de documento relacionado à modalidade em seus 187 anos – contando a partir da emancipação política. Os times genuinamente femininos não existiam. Havia clubes fundados para homens jogarem que, por esforço popular das jogadoras e alguns

4 Para saber mais: <https://www.olhaapititinga.com.br/> – Rádio Web, fundada em 2014.

<https://www.solutudo.com.br/empresas/ba/cachoeira/ongs-e-entidades-sociais/associacao-de-radio-comunitaria-a-voz-do-cucui-12224065> – Rádio Comunitária, fundada em 2019.

5 Link do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=zEinX3aVY4>.

entusiastas, acabavam formando uma modalidade feminina para disputar alguns torneios “não oficiais” nas quadras de bairros e também no centro da cidade.

Para engatar o debate, é preciso compreender o que contexto e a análise de cultura significam para os estudos culturais. Segundo Itania Gomes (2011, p. 42-43), “sua crucial vinculação com a história visa descobrir as tendências do passado e identificar as leis que regem a mudança”. Entender os aspectos negligenciados do passado ajuda a valorizar os avanços produzidos ao longo dos anos, apesar de muitos entraves no caminho, e projetar futuros possíveis – de modos de vida na relação da mulher com o esporte em múltiplas camadas.

Em diálogo com Raymond Williams (1979), Itania Gomes (2011, p. 44) ainda afirma que quem analisa um fenômeno precisa observar as temporalidades sociais e “estar atento a certo senso de movimento, de processo histórico, de conexões com o futuro e o passado, de articulações complexas entre esses elementos dominantes e os residuais e emergentes”, que, segundo Williams (1979, p. 126), o residual aparece como “algo formado no passado e ativo no processo cultural efetivo do presente”.

Nesse caso, uma cultura machista reproduzindo diversos tipos de violências. E, por emergente, o entendimento de “novos significados e valores, novas práticas, novas relações sendo continuamente criados”. Essa definição de emergente dialoga com a potência de mudança do avanço nas discussões que não anulam as raízes do problema, mas que oferecem novas possibilidades de combate dentro do que é possível no tempo e no espaço.

A criação do campeonato e, conseqüentemente, o engajamento da mídia local para transmiti-lo aparece como uma luta emergente. O que também desterritorializa, de alguns modos, a forma de pensar esporte e jornalismo esportivo em Cachoeira, em que a mídia e o que é noticiado participam da produção de contextos.

Mulheres e estádio: ‘Re(des)territorializando’ o espaço do (não) vivido

O movimento de desterritorializar o esporte e as coberturas de jornalismo esportivo na cidade dialoga com os pensamentos de Haesbaert (2021). Mas, antes, acionamos a noção de territorialidade com base em Rogério Haesbaert (2014). Para o autor, se o território se configura uma noção instável e que envolve as relações de poder no e pelo espaço, a territorialidade diz respeito aos modos como nos engajamos conforme os territórios.

Para os objetivos deste artigo, trata-se marcadamente de refletir acerca da política cultural sobre os territórios. Para Haesbaert (2014, p. 64), o território tem um sentido material e simbólico, com ênfase nas relações de poder no espaço. Já a territorialidade “é também uma dimensão imaterial [...] enquanto imagem ou símbolo de um território, [...], e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural”. Ou seja, a territorialidade se relaciona aos discursos, construções e disputas sobre os territórios – informando afetos, relações de poder e imaginários acerca dos territórios. Nesse sentido, a princípio, engaja-se para desarticular a ideia de território apenas como geográ-

fico (cidade, estado, país), a fim de observar como espaço do vivido, das relações, dos afetos, das lutas, das resistências, dos engajamentos.

Assim, articulamos os afetos às territorialidades, tomadas enquanto engajamento afetivo sobre territórios. Para Grossberg (2010, p. 194), o “afeto está sempre organizado por dispositivos discursivos e culturais, que por sua vez são lugares/agentes da produção do real e da luta em torno dele, na forma de hábitos e costumes”. Ou seja, os afetos evidenciam os nossos modos de estar no mundo, reaproximando os afetos da política e das relações com o poder. À medida que atravessam relações de poder, sentidos e valores, sendo parte da disputa de hegemonia, e podem ser mobilizados em diferentes agendas, os afetos “são lugares de trabalho e luta (não unilaterais) para mover a sociedade – nas disposições e partilhas afetivas – em suas possíveis direções” (Farias; Gomes, 2021).

Arturo Escobar (2015) aponta a defesa da vida como essencial ao se debruçar nas discussões sobre dinâmicas territoriais, que pode vir por movimentos sociais que são enfatizados na relação com a dimensão da vida ou dimensão ontológica. Esse debate de ocupação das mulheres na relação com o município de Cachoeira, tanto no aspecto da prática do futebol, quanto no diálogo com as dinâmicas e estratégias comunicacionais, pensando no debate proposta por Escobar (2015, p. 3), aparece com o vetor de ocupação “de um mundo, que procura transformar os muitos mundos existentes num só”. Um “pluriverso”, que adentra no mundo individual-coletivo e também de mercado. São múltiplos mundos – de vida.

Nessas ontologias, os territórios são espaços-tempos vitais de toda comunidade de homens e mulheres; entretanto, não é apenas isso, mas também o espaço-tempo de inter-relação com o mundo natural que circunda e é parte constitutiva dele. Ou seja, a inter-relação gera cenários de sinergia e de complementaridade, tanto para que o mundo dos homens e mulheres como para a reprodução do resto dos outros mundos que circundam o mundo humano (Escobar, 2015, p.6).

O primeiro campeonato cachoeirano de futebol feminino oficial disputado no “Estádio 25 de Junho” foi em 2022 – em 2021 houve um torneio inicial, mas não chegou a ser um campeonato. Antes, jamais aconteceu uma competição na principal praça esportiva da cidade. O território do estádio não foi vivenciado nem pelas jogadoras que só tiveram acesso tardiamente, como pelas desportistas engajadas nas transmissões esportivas. O “25 de Junho” foi, por muito tempo o espaço do (não) vivido. E, se vivido, apenas numa perspectiva de “sobras”, do tempo que acabava restando dos homens que detinham o poder do uso do campo e elas faziam seus “babas” ou “peladas” (jogos amadores). Mesmo se pensarmos no estádio como espaço vivido por algumas torcedoras, ainda assim, vivido sofrendo retaliações e algumas violências.

A jornalista Cristiana Menezes foi a primeira mulher em Cachoeira a cobrir uma partida de futebol no rádio, em 2017, pela Rádio Web *Olha a Pititinga*, mas da modalidade masculina. Depois dela, profissionais como Jéssica Soares e Naiane Santos participaram das jornadas esportivas como plantonistas, repórteres e comentaristas.

Observando historicamente, e expandindo brevemente a discussão para o território nacional, através do mapeamento de Raphaela Xavier Ferro (2021), notamos que a presença feminina na mídia nem sequer era cogitada para o esporte. Em 1970, houve o primeiro grande marco: transmissões inteiramente femininas pela *Rádio Mulher*. Entretanto, devido ao preconceito que era bem mais evidente naquela época, muitas mulheres sentiram-se desmotivadas a continuar. A emissora começou a inserir homens para fazer as transmissões. Segundo Ferro (2021, p. 7), “depois dessa primeira incursão feminina nas transmissões radiofônicas, houve atividades isoladas e esporádicas”.

Ainda com as informações coletadas por Ferro (2021), muitos anos depois, em 2014, Renata Silveira foi pioneira na narração de futebol no rádio em Copas do Mundo depois de vencer um concurso da Rádio Globo do Rio de Janeiro. Dois anos depois, Clairene Giacobe começou sua carreira de narração esportiva na Rádio Estação Web. Em 2017, Isabelly Moraes se destacou no cenário nacional por ser a primeira mulher a narrar futebol em um veículo mineiro – *Rádio Inconfidência*.

Em 2018, Letícia Beppler estreou pela Rádio *Melhor FM*. No mesmo ano, Elaine Trevisan, que fez sua primeira narração pela *Web Rádio Poliesportiva*. Valéria Possamai também surgiu no ramo, fazendo narração de futebol pela *Rádio Grenal*. Duda Gonçalves pela *Rádio Inconfidência* e Luciana Zogaib pela *Rádio RPC* foram outros nomes que vieram em sequência. A Luciana teve destaque também por ser a primeira mulher a narrar uma final de Copa Libertadores, naquela ocasião, entre Flamengo e River Plate pela *Rádio Ferj*.

Apesar da ausência – ou pouca presença – de mulheres na cobertura que também é um ponto a ser contextualizado, o fato de haver transmissões de jogos de futebol femininos, dado também os avanços tecnológicos que permitem a visualização das imagens do jogo e não somente o áudio, aparece como um movimento de desarticulação do que já está dado, assim como o crescimento gradativo no número de profissionais comparado a outras décadas.

Haesbaert (2021) debate esse movimento como múltiplo, oferecendo possibilidades:

Por isso desdobramos o debate entre multiterritorialidade e desterritorialização – pois muitas vezes aquilo que era visto como destruição de territórios se referia, na verdade, à sua “multiplicação”. De algum modo, embora muito mais intensificada hoje, sempre teríamos vivido numa dinâmica entre múltiplos territórios (Haesbaert, 2021, p. 272).

Esses múltiplos territórios conversam com a ideia de pluriverso e de uma política ontológica dos corpos do Arturo Escobar (2015), pois ele propõe a criação, o fortalecimento e as buscas de possibilidades de ser por alguns mundos contra um mundo hegemônico. É fazer, ao mesmo tempo, um movimento de promoção da modalidade que não é tão consumida, fazendo com que se crie hábito de estar pautado nos noticiários locais, o que antes, nem era cogitado.

Fazendo do “25 de Junho” e qualquer outro estádio esportivo um espaço do vivido para quem quiser viver e não somente para homens, sobre homens e por ho-

mens. Isso sem ignorar o fato de que, para desterritorializar, é preciso reterritorializar – de onde vem também o ousado termo ‘Re(des)territorializar’ adaptado de junções de palavras do conceito de Haesbaert, colocado no título desta produção. Como se fosse, para ele, um tipo de “desmaterialização” ou “compreensão do espaço-tempo”.

Haesbaert (2021, p. 274-275) marca o resgate da concepção desse pensamento através de uma “linha de fuga”, saída, ou “debilitamento territorial” de todo processo “inerente e social”. Compreender as relacionais demarcadas também conforme a compreensão do espaço e o tempo como modo de vida. Fazer isso é romper o que já está estabelecido e abrir potências de novas possibilidades.

Pensar no respeito, sem reproduções de atitudes e falas misóginas e colocar no costume da população, assim como na modalidade masculina, a possibilidade de acompanhar as mulheres – caso seja do interesse do expectador. Mas, para haver interesse, é preciso que haja possibilidade de escolha. Interesse pessoal, não no sentido de um interesse vindo da construção social machista que coloca a mulher como não pertencente de esporte. É um processo de marcação com engajamentos afetivos que proporcionam (re)existências.

De qualquer forma, é fundamental ressaltar que a noção de desterritorialização está intimamente associada à ideia de limite, de delimitação, pelo simples fato de que quando os limites do território são colocados em questão é que a desterritorialização se torna mais evidente (Haesbaert, 2021, p. 277).

Limites esses do nós versus elas. Elas lá, nós aqui. Elas na cozinha, nós no estádio. Elas são frágeis, nós somos viris. Elas não sabem o que é bola, nós entendemos de tudo. Nós podemos, elas não. São fechamentos de fronteiras – o preconceito estrutural. E o movimento do surgimento do campeonato e das transmissões, dados seus devidos problemas também estruturais, abrem fronteiras e limites como expansão de territórios: vistos, falados, transmitidos, vivenciados, compartilhados, projetados.

Nessa perspectiva, entra, ainda, o aspecto comunitário como forma de vida citado por Haesbaert (2021) em uma ótica que ressalta o corpo como território. De suas vivências e resistências. Do que é íntimo, do que é luta, do que é afeto, do que afeta e como afeta. Na ótica dele em diálogo com Cruz Hernandez (2017) do corpo feminino e de outros grupos considerados dissidentes. Segundo Haesbaert (2021, p. 175 citando Cruz Hernandez, 2017, p. 43), “revela a concretude de inúmeras outras escalas de opressões e resistência”. São corpos territórios em luta, por território (sendo espaço e sendo modo de vida também).

Em busca de um local: Registro e construção de memória

O documentário de Júlia Maciel (2023) também traz a fala de uma das jogadoras do CFC Cachoeira, Crislane Mascarenhas, destacando que, mesmo sendo jogadora do time que representa a cidade, nunca ficou sabendo da existência de outras jogadoras

antes da sua geração. Que não imaginava que mulheres que ela conhece e até tem relação amistosa jogaram futebol no passado.

A construção de um documentário sobre a temática, a transmissão dos jogos de futebol, os debates nas mesas redondas de programas esportivos e outras movimentações – dentro e fora da comunicação – ainda serve como potência de registro e construção da memória. O pensamento de Grossberg (2010) pode ilustrar esse processo como uma reorganização das forças nos meios por reunir “heterogeneidades” pela expressão de um ritmo entre os elementos.

Colocar o que geralmente não é posto em pauta. O que é diferente, o que não é corriqueiro. O que faz a abertura para outros territórios e meios – articulando interior e exterior – para abrir fronteira, conseqüentemente como lugar de encontro. É como se fosse sendo desconstruída a lógica estabelecida de fronteiras. Do que foi dito antes como nós versus elas. As práticas e relações, a partir desse movimento, vão sendo tensionadas, bagunçadas. Vai se provocando conflito(s)... Torcer os contextos também pode ser entendido como “contextualizar radicalmente”. Re(torcer) e torcer novamente. Segundo Grossberg (2010, p. 21), “é a prática ou trabalho transformador de fazer, desfazer e refazer relações e contextos, de estabelecer novas relações a partir de velhas relações ou não relações, de traçar linhas e mapear conexões”.

As coberturas da Rádio Web *A Voz do Cucuí* não ficam registradas em nenhum espaço audiovisual de nenhuma plataforma digital na internet. Já as da Rádio Web *Olha a Pititinga* têm vídeos salvos no canal do *YouTube*⁶. Notou-se que o maior destaque para as transmissões que permanecem do canal mesmo depois do jogo ter acabado são as das finais dos torneios – em 2023, semifinal também –, mas a emissora já fez jogos de outras fases e rodadas. Foi possível encontrar o último jogo do Campeonato Feminino de Cachoeira de 2022 (Revelação de Santo Amaro vs Independente de Cruz das Almas); 2023 (Unidas pela Bola vs Independente de Cruz das Almas); e 2024 (CFC Cachoeira vs Revelação de Santo Amaro).

Outro torneio encontrado foi o Campeonato Baiano Feminino de Futebol 2023. Este, a nível estadual. A partir da parceria entre o time do Leônico com a Liga Cachoeirana de Desportos (LCD), houve uma fusão e algumas jogadoras de Cachoeira foram convocadas para atuar no certame. Foram encontradas transmissões dos jogos: Leônico Cachoeira vs Atlético de Alagoinhas; Leônico Cachoeira vs Astro; e Leônico Cachoeira vs Bahia – este, sendo a primeira vez que o Esporte Clube Bahia dessa modalidade jogou em terras cachoeiranas.

São jogos narrados de forma radiofônica (ritmo, entonação, linguagem, além das vinhetas e trilhas sonoras do rádio) porque a transmissão também é feita via exclusivamente por ondas sonoras, mas detém do poder da imagem dos lances dos jogos. Normalmente feitas por um narrador, repórter e um plantonista técnico. Em alguns casos, com a presença de comentarista.

Não foi possível dimensionar a audiência do público que acompanhou os jogos especificamente pelo rádio – incluindo o site com um player para a rádio, e no aplicativo/

6 Disponível em: <https://youtube.com/@olhaapititinga1603?si=MPYevbDO7y4X1Xzh>.

site “*Rádios Net*”⁷. Mas, somando os jogos salvos no *YouTube*, foram contabilizados 7.729 acessos nas partidas.

Todas as transmissões foram feitas exclusivamente por homens. O que é um ponto a se refletir sobre a ocupação das mulheres também nesses espaços, por mais que a pauta da cobertura seja o futebol feminino. Ainda assim, dada a história de que, apenas em 2021, foi criado um time na cidade e somente depois houve a disputa de um campeonato oficial, os principais eventos relacionados a mulheres e futebol nos últimos anos foram transmitidos. De algum modo, começa a se criar conexões entre o público e as possibilidades de se acompanhar algo diferente do masculino, embora hajam camadas de violências que vão além de disponibilizar um *link* de acesso a uma partida.

Algumas dessas conexões podem ser mapeadas, como a relação da sociedade cachoeirana com o consumo de esportes, com a presença de um recente time feminino com o nome da cidade, da apresentação dessas atletas para o público, da conexão com a história que pode ser construída a partir de agora, da rearticulação do modo de enxergar futebol na cidade e de pensar no que é transmitido pela mídia local. De conhecer atletas, de saber o que está ocorrendo. Para haver visibilidade, é preciso propagar. E a mídia tem um importante papel nisso, embora não a única.

O apelo a certas lógicas ou processos que parecem de alguma forma escapar do contexto não é necessariamente um afastamento do contextualismo radical, mas uma demanda por uma análise mais aprofundada da complexidade do contexto tanto em termos de escala espacial quanto de duração temporal, ampliando a possibilidade que a análise de um contexto (como uma conjuntura, como veremos) se abre para uma multiplicidade de contextos sobrepostos, de contextos operando em diferentes escalas e do que poderíamos chamar de contextos embutidos. (Grossberg, 2010, p. 28).

As relações espaço-temporais podem ser debatidas com base em memórias, narrativas (ou narração, no caso, de futebol), pensando o vínculo comunitário da rádio local como uma espécie de ativismo midiático de transmitir a luta em busca de um “lugar” como forma de resistência, aqui, relacionada a desigualdades de gênero e raça no futebol. Lugar este, negligenciado, sabotado e negado em alguma escala historicamente.

Em 28 de abril de 2024, o CFC Cachoeira conseguiu seu primeiro título na competição em sua curta história ao vencer o Revelação de Santo Amaro pelo placar de 3x1. A jogadora Jéssica Oliveira foi autora do último gol da partida. Criticada, xingada, vaiada e desacreditada por torcedores e pessoas na rua. Não romantizando a superação, mas percebendo – ao analisar contexto e relações que envolvem os territórios e vivências – que aquele gol não foi só para dar números finais a partida.

Tecnicamente falando, foi um gol de placa por ela ter disparado do campo defensivo, driblado as jogadoras de defesa – incluindo a goleira – e marcando o gol. O que mostrou qualidade. O que pode gerar oportunidades futuras de expansão na carreira com um gol antológico e histórico. Que foi registrado pela transmissão. Posteriormente,

7 Disponível em: <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-web-olha-a-pititinga/69327>.

compartilhado nas redes sociais. Que foi narrado, filmado, comentado. Ele garantiu o título, mas também foi um gol de protesto: contra o descaso, a falta de apoio, a falta de credibilidade, de dinheiro, de visibilidade, além de diversas outras camadas de violências.

Seu corpo estava no território do não vivido por décadas. E seu corpo também foi território. Por isso, diante de uma conjuntura extremamente violenta em muitos aspectos, que não vai deixar de reproduzir violências só por causa desse gol, mas, ao mesmo tempo, enxergando como um marco. Um gol que, pela regra, valeu um ponto no placar, mas que arrancou sorrisos e choros nas arquibancadas pela torcida que se fazia presente. Pelas torcedoras de outras gerações que nunca puderam ocupar aquele espaço e, hoje, estão vendo outras fazendo isso. Pelas crianças que pulavam e apontavam para as jogadoras se imaginando lá no futuro. Pelos presentes que as jogadoras receberam de quem estava assistindo a partida. Mesmo entendendo que não está tudo bem, que os desafios não foram sanados, mas antes nem sequer havia nada.

Essa reflexão ainda dialoga com as lógicas de contextualização descritas por Grossberg (2010). A primeira seria a do meio (localização). Ela, assim como as outras, pode ser pensada em múltiplas camadas, que pode ser a cidade, a região, mas, sobretudo, o espaço vivenciado no esporte, as relações que circundam os contextos.

Outra maneira é a de território (lugar) que marca as ocupações, os pertencimentos, movimentações corporais de marcação de engajamentos, nesse caso, o engajamento de quem joga, de quem luta, de quem jornalisticamente também coloca seus afetos para afetar. Ele ainda aponta a lógica ontológica, que descreve as formas de existência e as maneiras de estar no espaço-tempo, dentro desse contexto de relações pessoais, as aparições e os movimentos na conexão com o esporte e com a mídia cachoeirana.

Esse exemplo ilustra a materialidade da tese de como a mídia pode afetar a configuração das vivências dessas jogadoras, de suas famílias, conhecidos, amigos e (des)conhecidos também. Para dar a ver, tornar visto, visualizado, compartilhado. Afeta a configuração da mídia, porque influencia nos processos comunicacionais, nas estratégias de transmissão, na desarticulação do hegemônico. Na diversidade de possibilidades quando se pensa em esporte.

A jornalista Bárbara Lima fez a cobertura fotográfica de forma independente da partida da final de 2024. É outro exemplo de engajamento para possibilitar registros e construção de memória para uma modalidade que, do pouco que foi praticada no passado, ficou presa apenas aos olhos das pessoas que estavam presentes.

As mídias independentes e as redes sociais aparecem como forte potência de documentação – o dá a ver. E essa movimentação de desterritorialização de pautas, seja de forma independente ou não, contribui com a evolução, mesmo que, em alguma pequena camada, na relação com grupos socialmente excluídos e invisibilizados, nesse caso, as mulheres cachoeiranas e o futebol. Quem imaginou no passado um álbum de fotografias sobre um título em um campeonato feminino em Cachoeira?

Figura 1 - Fotografias do título do Cachoeira Futebol Clube



Fonte: Bárbara Lima – Instagram: @barbaralimajpg

Se uma das atletas do time, Crislane, disse no documentário da jornalista Júlia Maciel que nem fazia ideia de como era o cenário do futebol feminino antes da sua geração, com essas movimentações, as coisas tendem a mudar de alguma forma. As futuras gerações crescerão com outro arcabouço, sobretudo audiovisual. Saberão quem foi Jéssica, assistir o gol que ela fez. Saberão do time fundado, de quem foram as atletas, capitã, etc. E com mais possibilidades, principalmente quando a mídia se faz presente, de denunciar o descaso, os preconceitos, a falta de zelo e outras problemáticas.

Considerações finais

A construção da memória e dos registros na relação com a falta dela do passado, com base no conteúdo gerado para as novas gerações, é uma possibilidade de potência de transformação em uma determinada escala, que pode fazer com que, a forma de pensar esporte, de consumir, de transmitir e de praticar esporte em Cachoeira sejam ressignificadas aos poucos. Longe de uma perspectiva de que todos os problemas foram sanados, mas enxergando avanços.

A narração, a transmissão, a fotografia, a filmagem, a emissão e a participação da mídia como um todo tem um poder muito grande de registro. Pode oferecer possibilidades de alcance, de protestos, de falas, de vozes, de corpos. Se considerarmos as novas plataformas digitais e redes sociais como espaço de compartilhamento, re-compartilhamento, registro e eternização desses registros tornam-se maiores, levando em consideração, também, o caráter amador do futebol em Cachoeira, diferentemente de outras praças esportivas que têm o futebol como algo profissional.

Nota-se, mais ainda, a importância e a potência do engajamento afetivo da mídia comunitária com o esporte, à medida que a mídia também é uma representação do

torcedor pela proximidade entre as pessoas que normalmente se conhecem, vindas de uma cidade pequena em número de habitantes que compartilham, geralmente, gostos em comum. Sobretudo, pela questão da relação com o próprio time que tem o nome da cidade e que pode ser cada vez mais propagado em prol da criação de adeptos, de torcedores, de apoiadores, tanto no sentido de vibração, quanto que possam oferecer oportunidades de melhora.

De modo mais detalhado, essas modulações discursivas na mídia cachoeirana influencia nas vivências subjetivas; Coletivas: pensando, também, na luta dos engajamentos femininos na relação com o esporte nos espaços que são concretos: o Estádio 25 de Junho, outros campos de futebol, participação em torneios; Virtuais: na questão da audiência, recepção, visibilidade (principalmente no tocante às migrações e adaptações da mídia com as redes sociais e plataformas digitais); Simbólicas: no sentido de representatividade, inspiração, autoestima, afetos; Imaginárias: de perspectivas de futuro e, principalmente, de desarticulação do que está previamente dado em relação a presenças femininas no esporte – distantes de perspectivas de submissão, sexistas e misóginas.

Referências

CRUZ, Hernández, D. T. (2017). **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, 12(1), 35-46.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio? **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, v. 35, dez. 2015, DOI: 10.5380/dma.v35i0.43541. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>. Versão em Português disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/>. Acesso: 16 maio 2024.

FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira. Narradoras em transmissões esportivas no Brasil: Mapeamento histórico da presença feminina na narração em veículos de rádio, televisão e internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Remoto. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-hj/raphaela-xavier-de-oliveira-ferro.pdf>. Acesso: 16 maio 2024.

GOMES, Itania. Raymond Williams e a hipótese cultural da Estrutura de Sentimento. In: GOMES, Itania Maria Mota; JANOTTI JR., Jeder (Orgs.). **Comunicação e Estudos Culturais**. Salvador: Edufba, 2011.

GOMES, Itania; JÁCOME, Phellipy; BERTOL, Rachel; MORETTIN, Eduardo. Figuras de historicidade como cartografia tátil: a questão da fronteira. In: HISTORICIDADES DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS, 12., ago. 2022, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2022.

GROSSBERG, Lawrence. The Heart of Cultural Studies. In: GROSSBERG, Lawrence. **Cultural Studies in the Future Tense**. Durham; London: Duke University Press, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi) territorial/ de(s) colonial na “América Latina”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia UFF, 2021.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

LAREDO, Paola. O jornalismo esportivo precisa se reinventar. **Revista Marta**, 2020. Disponível em: <https://revistamarta.com/2020/06/20/editorial-1/>. Acesso em: 25 out. 2024.

MACIEL, Júlia. **Da quadra ao estádio:** o futebol feminino cachoeirano resiste. Cachoeira: UFRB, out. 2023. YouTube: @juliamaciel9279. Disponível em: <https://youtu.be/zIEin-X3aVY4?si=-0ym0guwVIFV6T-C>. Acesso em: 8 jun. 2024.

OLIVEIRA, GOMES, **Fluxos ativistas indígenas:: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil.** Revista Eco-Pós, 24(2), 277–308, 2021.

OLIVEIRA, Júlia; PEREIRA, Vivian. **Observatório das Desigualdades de Gênero no Esporte (ODGE).** 2021. Trabalho Prático (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PENA, Mariana Cardoso. **A experiência das mulheres nos espaços consagrados do “masculino”:** uma leitura socioterritorial dos estádios de futebol. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura** (Trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Recebido em: 15 ago. 2024
Aprovado em: 20 out. 2024